

PALCO ECONÓMICO

O erro de Lagarde

Pedro Lino
Economista

O papel dos bancos centrais não está a tornar-se obsoleto, como começa a impedir o normal funcionamento das economias.

Desde que os políticos tomaram conta do Banco Central Europeu (BCE), e em parte da Reserva Federal (Fed) dos EUA, que a política monetária tem vindo a perder o seu poder de actuação e a capacidade de antecipação e acontecimentos.

Com Mario Draghi ao leme iniciaram-se as experiências monetárias, como as taxas negativas, as compras de obrigações soberanas e a liquidez ilimitada a custo zero ou negativo, retirando o pouco inexistente ao poder político para realizar reformas que promovessem a integração na Zona Euro. Assim se deu início a uma época de manutenção de empresas zombie, impedindo a natural renovação do tecido empresarial, que traz consigo progresso e criação de valor.

Christine Lagarde prometia ser diferente, mas desde que assumiu funções que o BCE continua em estudos.

É do conhecimento geral que, sendo a energia utilizada em toda a economia, a subida de preços na generalidade dos bens e serviços seria uma inevitabilidade. Na tentativa de gerir as expectativas de inflação, o BCE tentou alterar o futuro, controlando indirectamente os salários e jurando a pés juntos que a inflação era transitória.

No entanto, o que suportou durante anos a política monetária, a importação de produtos mais baratos, acabou. A globalização entrou oficialmente em recessão, facto que recente conflito em solo europeu confirma. Os blocos económicos terão de se adaptar a esta nova realidade investindo e fomentando alterações substanciais nas suas economias e na auto-suficiência.

Ora, as economias europeias, fortemente endividadas e sem capacidade de aumentar impostos, apenas poderão recorrer à emissão de mais dívida para financiar as reformas

das suas economias. O sector privado encontra-se, também ele, debilitado, uma vez que o preço da energia é um factor exógeno à Zona Euro, beneficiando apenas os países produtores de petróleo ou gás.

Do outro lado do Atlântico, a Fed, embora tardiamente, já entrou em modo de combate à inflação sem olhar a meios. Pela primeira vez desde 2018, iniciou a subida dos juros e prevê que possam atingir os 2,8% em 2023. Simultaneamente, anunciou que além de suspender o programa de compras de activos, tenciona vender parte do seu balanço já a partir de maio.

Nada semelhante poderá acontecer na Europa, mas será bom que o BCE inicie a recuperação de alguns dos seus instrumentos de política monetária, como as taxas de juro, mas mantendo um programa de compra de títulos por forma a manter a liquidez e a estabilidade dos mercados.

A mais recente instabilidade mostrou que os mercados estão bastante frágeis e é necessário um banco central que evite um aumento do custo da dívida desproporcionado, assim como o aumento dos diferenciais entre países da Zona Euro.

À semelhança da Fed, o BCE corre o risco de andar em contraciclo e de ser num entrave à recuperação económica pela sua reactividade, e por não adoptar uma atitude preventiva. Ao ter uma atitude mais política do que económica, Lagarde e o BCE correm o risco de perder a pouca credibilidade de que lhes resta. ■

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.



À semelhança da Fed, o BCE corre o risco de andar em contraciclo e de ser num entrave à recuperação económica pela sua reactividade, e por não adoptar uma atitude preventiva



Cristina Bernardino

CRESCIMENTO

Crise e novo quadro internacional criam oportunidades para Portugal

Participantes na conferência “Portugal: objetivo crescimento” identificam energias renováveis, posição geográfica e capital humano como potencial a desenvolver. Também a lusofonia pode ter um papel.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferrreira@jornaleconomico.pt

Portugal está a enfrentar o seu terceiro choque económico praticamente consecutivo, na sequência da guerra desencadeada pela Rússia com a invasão da Ucrânia, mas a ideia é de que a economia portuguesa tem melhores condições para aproveitar as oportunidades que se colocam pelas alterações que a actual crise provoca, para cumprir o objetivo de reforçar o crescimento económico.

Na conferência “Portugal: objetivo crescimento”, promovida pela Ordem dos Economistas e da qual o Jornal Económico foi media partner, foram identificadas quatro oportunidades – interligadas – no novo quadro político e económico global. Na lista consta a rendibilização do investimento feito por Portugal nas energias renováveis e as condições naturais que tem para reforçar essa aposta. “A União Europeia [UE] vai ter de acelerar o processo de transição para assegurar a sua autonomia [energética]” face à actual dependência do gás natural e do petróleo russos, afirma o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, defendendo que Portugal “pode ter uma posição central na nova economia”.

Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal e antigo secretário de Estado da Energia, considera que o país tem possibili-

dade de alterar a sua dependência energética histórica. “Pela primeira vez, parece que estamos do lado certo da barricada”, afirma. “O facto de dispormos de um leque variado de fontes renováveis não é normal”, diz, apontando a capacidade de produção de energia a partir do sol, vento, água, da geotermia e do oceano como “um privilégio que Portugal tem”.

Portugal pode ser fornecedor de energia para a Europa, mas também ser um ponto de entrada de gás natural de outras proveniências, como África e Estados Unidos da América.

A segunda oportunidade detetada é, exatamente, o aproveitamento da posição geoestratégica do país, que pode ser um pivó no relacionamento com os Estados Unidos da América, África ou a América do Sul e não só na energia. Pedro Siza Vieira aponta o investimento no sector do espaço, traduzido na criação do ecossistema de inovação espacial, na ilha de Santa Maria, nos Açores, mas também no processo de transição para assegurar a sua autonomia [energética]” face à actual dependência do gás natural e do petróleo russos, afirma o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, defendendo que Portugal “pode ter uma posição central na nova economia”.

“[Temos de] aproveitar os recursos, a posição geográfica e a capacidade técnica”, sublinha Siza Vieira, sinalizando uma terceira oportunidade.

A posição geográfica e a capacidade técnica são fundamentais para Portugal aproveitar a oportunidade de atrair capital no processo de reindustrialização em que a Europa está empenhada e que decorre da ruptura das cadeias verificada durante a pandemia de Covid-19. “Porque tem energias renováveis baratas e competências digitais, [Portugal] está já a atrair investimento”, diz o ministro da Economia.

Outra oportunidade detetada pelos participantes na conferência “Portugal: objetivo crescimento” é o aproveitamento do potencial da Lusofonia, “um espaço que engloba 280 milhões de falantes, espalhados por cinco continentes; a quarta língua mais falada do mundo; uma comunidade [dos Países de Língua Portuguesa] que relaciona nove países-membros, mais de 30 observadores associados”, diz o bastonário da Ordem dos Economistas, António Mendonça. Mas o secretário-geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, Vítor Ramalho, alerta que se se tem desinvestido neste domínio. Este objetivo tem vindo a perder dinâmica, afetando o instrumento privilegiado de afirmação externa de Portugal, o que não é questão menor na era da globalização”, diz.

“Há uma queda da sensibilização para as questões da lusofonia”, afirma, que põe em causa o aproveitamento da oportunidade que se agora se coloca, mais uma vez. ■

CONFERÊNCIA

Nazaré da Costa Cabral vê UE em “tensões entre forças centrífugas e centrípetas”

A presidente do CFP foi a oradora da segunda sessão do ciclo ‘Pensar a Economia’ e destacou o impacto da desarticulação entre os vários Estados-membros da UE, que gera ineficiências na política europeia.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

Nazaré da Costa Cabral defendeu a possibilidade de se utilizarem mecanismos que imitem o funcionamento de um Estado para uma maior harmonização orçamental e fiscal entre as várias economias do bloco europeu, perante UE composta por “soberanias desarticuladas”, uma situação que cria desequilíbrios territoriais, funcionais e do ponto de vista externo.

A ideia foi manifestada esta quinta-feira, no segundo debate do ciclo quinzenal “Pensar a Economia”, organizado pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e com o apoio da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e da Ordem dos Economistas e que conta com o Jornal Económico como *media partner*.

A presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP) constatou que a desarticulação entre os vários Estados-membros da UE, bem como entre algumas instituições ou políticas, nomeadamente entre a orçamental e monetária, constituem interações “atípicas” e “uma tensão permanente entre forças centrífugas e centrípetas”.

Como tal, e perante a dificuldade em constituir uma união fiscal na Europa, a também professora na Faculdade de Direito da Uni-

versidade de Lisboa defende que sejam criados mecanismos que mimetizem o funcionamento de um estado “que não existe nem se quer assumir como tal”.

A autora do livro ‘The European Monetary After the Crisis: From a Fiscal Union to a Fiscal Capacity’ destacou aspetos como a não correspondência, em termos geográficos, entre a União Económica e Monetária e a UE, o que cria um obstáculo à eficiência das políticas europeias.

Ao mesmo tempo, outros instrumentos como o orçamento europeu pecam por ser excessivamente pequeno e “não se relacionar verdadeiramente com os cidadãos”. Nazaré da Costa Cabral ilustra com a forma “intermediada” como são geridas receitas e despesas deste instrumento, sem quem, no entanto, este sirva funções habituais dos orçamentos, como “a redistribuição ou a estabilização” macro através dos estabilizadores automáticos.

Por outro lado, a “UEM é um espaço onde existe a ideia de polarização externa” no que respeita ao comércio internacional, com países tradicionalmente excedentários e outros cronicamente deficitários.

“Não obstante a política de coesão, [a introdução do] euro não ajudou a combater esta polarização, não evitou a periferização de algumas economias em relação ao centro da Europa”, argumentou,

considerando mesmo que a moeda única “não só não resolveu, como acentuou” este problema.

“O euro, enquanto moeda, embora seja uma moeda única, teve um valor diferente para as economias. Nalgumas foi barato, promovendo competitividade, mas foi mais caro para outras, dificultando processos de ajustamento”, explicou, ilustrando com o marco alemão e o escudo português.

BCE joga numa “gestão cautelosa”

Apesar das ineficiências associadas à política monetária e à sua articulação com a política orçamental, ainda assimétrica, entre Estados-membros, Nazaré da Costa Cabral considera que têm surgido alguns sinais positivos recentemente, como a partilha de risco através de emissões conjuntas. Para a presidente do CFP, o Banco Central Europeu (BCE) tem tido uma “gestão cautelosa” perante o cenário de elevada incerteza e dado o impacto que têm as subidas das taxas de juro.

“Uma alteração abrupta da política monetária poderia ter consequências sérias em termos da recuperação económica que alguns países que ainda estão a fazer”, afirma, uma possibilidade adensada pelo carácter assimétrico da recuperação no bloco europeu. Acresce a esta incerteza a situação de guerra na Ucrânia, que torna a situação “mais complexa”. ■

MAQUIAVEL PARA PRINCIPANTES

Asfixiados

Rui Calafate
Consultor de Comunicação

Passou quase despercebida a efeméride de dois anos após o primeiro caso de Covid-19 em Portugal, e o mundo mudou com a pandemia. O modo pelo desconhecido alienou e acima de tudo obstaculizou a manutenção do nosso estilo de vida e a liberdade total de circulação foi substituída pelo confinamento e distanciamento social, expressões, prevejo, que nunca mais deixarão de fazer parte do nosso léxico mais corriqueiro.

Ninguém reparou nessa data porque a arena mediática foi tomada em regime de exclusividade por uma guerra sem sentido, marcada pelo capricho de Putin invadir a Ucrânia, movimento esse que se previa curto e rápido e que se está a revelar um atoleiro. Os ventos de guerra voltaram a um continente que teve décadas de desenvolvimento em paz após a Segunda Guerra Mundial.

Há pequenos sinais oriundos da diplomacia que criam a esperança de um cessar-fogo, contudo, não sabemos se um novo espírito do líder russo poderá constituir a Europa e o mundo, logo, sob este cenário de imprevisibilidade a compasso dos humores de um autocrata do qual poucos conhecem o pensamento e, sobretudo, os sonhos e também os ressentimentos mais profundos, o equilíbrio geopolítico tornar-se-á diferente e estará muito mais próximo dos dias da Guerra Fria e dos personagens de John Le Carré.

Sem esquecer que mesmo nos esforços de mediação pela paz, actores como Israel, Turquia, China (na sombra, cínica e sem dar ponto sem nó) ocuparam o espaço que a União Europeia não teve a arte e o engenho de ocupar, e os Estados Unidos com Joe Biden são neste momento uma caricatura.

Face às incógnitas que sobressaltam o planeta, é engraçado como um simpático senhor veio ter comigo e me disse: “o senhor que escreve nos jornais e comenta na televisão já reparou que agora que não

temos Governo é que estamos a ser bem governados”.

Sorri. É verdade, parece pouco importante que Portugal por culpa do processo do voto dos emigrantes ainda não tenha dado posse ao novo Governo, mas as coisas vão fluindo. Tudo parece pouco relevante perante os imponderáveis da nossa existência e subsistência quando se questiona se pode haver uma guerra nuclear.

O Novo Banco pedir 200 milhões ao Fundo de Resolução depois de pela primeira vez apresentar lucros; os seis anos de prisão para Ricardo Salgado; os outros processos de corrupção que não avançam, tudo parece pequenino ao olhar para os males do mundo.

Estamos asfixiados por uma tempestade perfeita de uma guerra da qual não conhecemos os contornos finais, por uma sexta vaga de pandemia que aí vem, preços de bens essenciais a disparar, seca extrema e até um pó do deserto que apagou as estrelas do céu. “Há décadas em que não se passa nada e semanas em que se passam décadas”, dizia Lenine. Desde Março de 2020 que mudámos a nossa relação com o mundo e ninguém sabe como vai ser o futuro. ■

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.



Tudo parece pouco relevante perante os imponderáveis da nossa existência e subsistência quando se questiona se pode haver uma guerra nuclear



Cristina Bernardino